

CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Palácio do Congresso Nacional, Anexo II, Ala A, Sala T33 Cep.: 70160-900
Telefones: (61) 3216.6601 a 6612; Fax: (61) 3216.6610; Email: cdeic@camara.gov.br

PROJETO DE LEI Nº 7.375-B, DE 2006.

(Aposos os PLS n.º 3.418, de 2000, n.º 132, de 2003, n.º 1.541, de 2003, n.º 1.817, de 2003, n.º 2.302, de 2003, n.º de 3.679, de 2004, n.º 2.406, de 2003, n.º 3.807, de 2000, n.º 7.043, de 2002, n.º 7.468, de 2002, n.º 3.876, de 2000, n.º 393, de 2003, n.º 4.624, de 2004, n.º 5.922, de 2005.)

Altera a Lei n.º 8.918, de 14 de julho de 1994, para tornar obrigatória a colocação de advertência nas embalagens de bebida.

Autor: SENADO FEDERAL

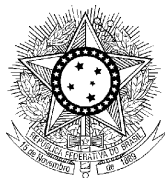
Relator: Deputado DR. UBIALI

I – RELATÓRIO

O projeto ementado, de autoria do Senado Federal, onde tramitou como Projeto de Lei n.º 16/2004, determina que nas embalagens de bebidas deverá ser aposta a advertência “Mantenha limpa” e a recomendação de que seja utilizado material protetor para evitar a contaminação do produto.

Nos termos dos arts. 139, inciso I, e 142 do Regimento Interno, foram apensados catorze projetos à propositura original, por tratarem de matéria correlata à do epígrafado.

Os projetos acessórios foram classificados em três grupos. Os Projetos n.º 2.302, de 2003, e n.º 3.679, de 2004, visam a incluir dizeres de rotulagem sobre a higienização de latas de alimentos. O segundo grupo – formado pelos PLS n.º 3.807, de 2000, n.º 3.876, de 2000, n.º 7.043, de 2002, n.º 7.468, de 2002, n.º 132, de 2003, n.º 1.817, de 2003, n.º 2.406, de 2003, n.º 4.624, de 2004, e n.º 5.922, de 2005 – estabelecem a obrigatoriedade de uso de protetores higiênicos, lacres e invólucros impermeáveis, embalagens individuais ou similares em latas ou outros vasilhames metálicos de alimentos, especialmente, de bebidas. De teor um pouco distinto, o PL n.º 3.418, de 2000, obriga os produtores de bebidas a adotar



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Palácio do Congresso Nacional, Anexo II, Ala A, Sala T33 Cep.: 70160-900
Telefones: (61) 3216.6601 a 6612; Fax: (61) 3216.6610; Email: cdeic@camara.gov.br

sistema de abertura que não permita o contato da parte externa do recipiente com o líquido a ser ingerido. Por fim, os PLs n.º 1.541, de 2003, e n.º 393, de 2003, são mais genéricos e determinam que os fabricantes deverão adotar medidas para impedir a contaminação de seus produtos.

As iniciativas em exame estão sujeitas à apreciação conclusiva pela Comissão de Seguridade Social e Família, pela Comissão de Defesa do Consumidor e por este Colegiado, que ora as examina. Caberá à Comissão de Constituição, Justiça e de Cidadania emitir parecer terminativo quanto à sua constitucionalidade e juridicidade.

No primeiro Colegiado, o PL n.º 7.345, de 2006, foi aprovado e os projetos acessórios, rejeitados, nos termos do Parecer do Relator, Deputado Darcísio Perondi. A Comissão de Defesa do Consumidor seguiu o voto da Comissão de Seguridade Social e Família, aprovando a proposição principal e rejeitando as demais, nos termos do Parecer do Relator, Deputado Júlio Delgado.

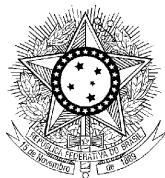
Coube-nos, nesta douta Comissão, a honrosa tarefa de relatar a matéria, a qual, no prazo regimental, não recebeu emendas.

É o relatório.

II – VOTO DO RELATOR

Os projetos em apreço têm a nobre intenção de reduzir os riscos à saúde dos consumidores, decorrentes da contaminação de bebidas e alimentos por ocasião da abertura de suas embalagens e de seu consumo.

A análise do mérito sanitário das iniciativas pela Comissão de Seguridade Social e Família revelou que o risco de transmissão de doenças, em decorrência da contaminação das respectivas embalagens, não está comprovado. Mais ainda, conforme mencionado no parecer do relator da Comissão de Defesa do Consumidor, estudos demonstram que “revestimentos adicionais ou ‘selos



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

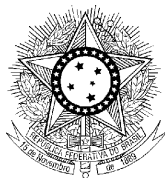
Palácio do Congresso Nacional, Anexo II, Ala A, Sala T33 Cep.: 70160-900
Telefones: (61) 3216.660' a 6612; Fax: (61) 3216.6610; Email: cdeic@camara.gov.br

higiênicos' podem ter efeito contrário ao desejado porque, se houver passagem de água ou umidade para o seu interior, eles acabarão criando um ambiente propício ao desenvolvimento de microorganismos". A Anvisa também se posicionou contrariamente à utilização de filme plástico na parte externa de garrações.

Assim, eventuais problemas de contaminação de embalagens de bebidas, especialmente as latas, - sobre os quais, vale informar, não há registros oficiais no Brasil – seriam resultantes de condições inadequadas de armazenamento e acondicionamento do produto. A esse respeito, a Associação Brasileira de Defesa do Consumidor – Pró-Teste afirma que o "selo higiênico" apostado em latas seria incapaz de mudar esse cenário. Também o selo plástico para garrações de 20 litros foi condenado pelo Centro de Vigilância Sanitária de São Paulo (CVE/SP), visto que tal dispositivo pode favorecer a retenção de poeira e de água entre a película plástica e o garrafão, propiciando o desenvolvimento de fungos e bactérias.

A nosso ver, a análise do mérito econômico está relacionada ao mérito sanitário da medida. Assim, inexistindo este – isto é, se as medidas propostas não produzem impacto sobre a saúde da população brasileira -, não caberia examinar aquele. Pelos argumentos relacionados pelas comissões que nos antecederam, a adoção de embalagens higiênicas, lacres e outros dispositivos não seria recomendável do ponto de vista da saúde. Sendo assim, julgamos que os projetos que propõem a obrigatoriedade de adoção de tais medidas não devem prosperar.

Na hipótese de a iniciativa ser meritória do ponto de vista sanitário, a análise econômica revelaria que a aposição de selos em latas representaria substancial aumento de custos para as empresas de bebidas, o que, em última instância, poderia ser repassado para os consumidores, na forma de aumento dos preços desses produtos. Da perspectiva ambiental, o uso de selo em latas geraria mais de 2 mil toneladas/ano de resíduos adicionais e de difícil recuperação.



C Â M A R A D O S D E P U T A D O S
COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Palácio do Congresso Nacional, Anexo II, Ala A , Sala T33 Cep.: 70160-900
Telefones: (61) 3216.660' a 6612; Fax: (61) 3216.6610; Email: cdeic@camara.gov.br

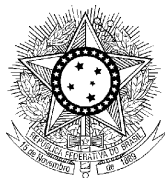
Resta, portanto, examinar a proposta de afixação de mensagem de advertência relativa à necessidade de higienização de latas antes de sua abertura. A esse respeito, a Associação Brasileira dos Fabricantes de Latas de Alta Reciclabilidade - Abralatas admite a necessidade de que qualquer embalagem, produto ou objeto a ser levado à boca deva ser previamente higienizado.

A rotulagem tem se mostrado um poderoso instrumento de acesso à informação, dando condições para que a população evite o consumo de produtos que possam representar riscos à saúde. No caso em questão, apesar do risco não estar atestado, a limpeza da superfície de tais produtos é um hábito que não traz prejuízos e que, na incerteza quanto à possibilidade de contaminação, pode resultar benéfico.

Do ponto de vista econômico, a inserção de dizeres nas embalagens de alimentos representa um custo residual em relação ao valor dos produtos, podendo ser absorvido pelas empresas sem prejudicar o faturamento do segmento e a atividade econômica. Reconhecemos, portanto, que os possíveis benefícios sociais dos projetos que tratam da rotulagem de bebidas devem extrapolar os reduzidos custos privados decorrentes de sua implementação.

Não obstante, sugerimos modificações na proposição original, de forma a aperfeiçoá-la. Conforme mencionado, o uso de material protetor ou invólucro impermeável na embalagem de alimentos e bebidas não é recomendado e, portanto, propomos a supressão da expressão “recomendando-se, para evitar contaminação do produto, o uso de material protetor”. Adicionalmente, entendemos que a autoridade sanitária competente deverá regulamentar a lei, no que diz respeito à forma de inserção dos dizeres na embalagem de bebidas – localização, tamanho de caracteres e outras medidas que se mostrarem necessárias.

Ademais, entendemos que a mensagem ‘MANTENHA LIMPA’ pode não transmitir ao consumidor, de forma clara, que a necessidade de limpeza se



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Palácio do Congresso Nacional, Anexo II, Ala A, Sala T33 Cep.: 70160-900
Telefones: (61) 3216.660' a 6612; Fax: (61) 3216.6610; Email: cdeic@camara.gov.br

refere ao momento específico do consumo da bebida. Por esse motivo, sugerimos sua alteração para 'LIMPE ANTES DE USAR'.

Ante o exposto, **votamos pela aprovação do Projeto de Lei n.º 7.375, de 2006, na forma do substitutivo que ora apresentamos, e a rejeição dos Projetos de Lei n.ºs 3.418/2000, 3.807/2000, 3.876/2000, 7.043/2002, 7.468/2002, 132/2003, 393/2003, 1.541/2003, 1.817/2003, 2.302/2003, 2.406/2003, 3.679/2004, 4.624/2004, e 5.922/2005.**

Sala da Comissão, em de de 2010.

Deputado DR. UBIALI
Relator

2010_2662